

## O negro em movimento empreendedor: o “novo negro” afroempreendedor brasileiro

Felipe Ricardo Borges Lopes  
Universidade de São Paulo  
fbrlicardo@gmail.com

### Introdução

Palavras-chaves: branquitude, afroempreendedorismo, negro em movimento

### A – Branquitude

Entre os brasileiros ainda perdura certo entendimento a respeito do “preconceito de cor”, o qual considera o racismo como uma ideologia imprópria à sociedade brasileira, uma objetivação perigosa alimentada pelas reivindicações de pessoas negras (pretos e pardos) ou mesmo um estrangeirismo incompatível ao caráter nacional (FERNANDES, 2007). Consistindo numa defesa da igualdade racial entre os nacionais, esta ideologia fortalece “a eficácia das técnicas de dominação racial que [mantêm] o equilíbrio das relações raciais e [assegura] a continuidade da ordem escravista” (FERNANDES, 2007: 44), então o substrato àquilo que Florestan Fernandes denominou como “o preconceito de não ter preconceito” (2007). Embora, não se reconheça uma predisposição para ignorar ou mesmo deturpar a situação racial vigente, pontua Fernandes (2007), prevalece uma disposição para o esquecimento do passado e para “deixar que as coisas se resolvam por si mesmas” (2007: 43).

A predisposição ao esquecimento do passado e para a ênfase no curso “normal” das coisas presentes nas relações raciais brasileiras, repousa, argumentamos, numa herança cultural devota às “boas intenções”, isto é, numa atitude de descrédito a tudo que ponha em dúvida as racionalizações manipuladas pelos senhores de escravos, a fim de justificar e legitimar moralmente a escravidão, confabulando com um clima favorável a convivência harmônica interracial no país (FERNANDES, 2007). O silêncio das pessoas boas consiste num componente indispensável ao que Florestan Fernandes denominou o preconceito de não ter preconceito. Contudo, embora assinale e elabore uma crítica contundente ao racismo (preconceito de cor) da sociedade brasileira, Fernandes reforça o silenciamento, omissão ou distorção sobre o lugar que o branco ocupou e ocupa nas relações raciais brasileiras. O foco da discussão persiste sendo o negro, na medida em que permanece certo “silêncio sobre o branco” (BENTO, 2014: 26).

A escola sociológica paulista se transforma numa referência aos estudos sobre branqueamento, expondo o caráter ideológico ou mitológico da democracia racial brasileira, todavia um intelectual considerado pelo próprio movimento negro como Florestan Fernandes, no que pese a sua notória indignação quanto ao racismo, a violência da escravidão e as consequências desta violência sobre o negro, não se ocupou do branco, mesmo diante da imprescindibilidade da abordagem sobre a “deformação que a escravidão provocou na personalidade do branco. Aliás, a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética.” (BENTO, 2014:48). Maria Aparecida Silva Bento (2014) interroga as motivações por detrás deste silenciamento, presente neste que é um dos mais reconhecidos sociólogos brasileiros e, de modo estendido, na escola sociológica paulista<sup>23</sup>.

---

23 Maria Aparicida Silva Bento, Edith Pizza e Irai Carone participaram de uma pesquisa intitulada A força psicológica do legado social do branqueamento – Um estudo sobre a negritude em São Paulo, então realizada entre os anos de 1992 e 1996 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). As pesquisas realizadas resultaram num livro intitulado Psicologia Social do Racismo – Estudos

Aparecida Bento argumenta, que apesar de Fernandes não recharçar a ideia de inferioridade do negro, consente sobre a “deformidade” a ele legada pela escravidão, além de considerar, equivocadamente, o papel da elite branca brasileira diante do processo de discriminação racial como uma omissão, que, segundo a autora, consiste sobretudo no usufruto do legado de quatro séculos de trabalho escravo (2014: 49). O argumento quanto a inércia e omissão da elite branca e escravocrata não a descreveria com precisão, mas, do contrário, expunha a dificuldade apresentada pelo sociólogo em olhar para o seu próprio grupo racial. Aparecida Bento questiona, até mesmo, a interpretação sobre a condição estrutural da questão racial em Florestan Fernandes, pois ao analisar as suas obras a autora assinala como a ação racista aparece como algo isolado, advento de um gesto particular de um fanático racista, e não como uma condição estrutural ou uma “ação sistemática” (2014: 50).

É importante frisar que Aparecida Bento recorre aos primeiros escritos sobre a questão racial de Florestan Fernandes e Octavio Ianni, especificidade apresentada pela autora em mais de um momento em sua obra, contudo ela argumenta que aos “esquerdistas” e “progressistas” interessou sobretudo adotar o quadro das desigualdades sociais e o problema do negro sem se ocupar do branco brasileiro, mesmo que os sociólogos tenham abordado, em escritos posteriores, sobre o problema do branco.

Outro sociólogo, este negro e bahiano, também se ocupa daquilo que Aparecida Bento descreve como “perderse no outro”. Alberto Guerreiro Ramos apresenta a tese de que as condições apresentadas pela sociedade brasileira manifestam uma patologia social do “branco” brasileiro, em especial o branco do Norte e Nordeste em *A Patologia Social do Branco Brasileiro* (1995). Esta condição resulta numa problemática, traduzida pelo protesto das pessoas de pigmentação clara, principalmente aquelas originárias dessas regiões, contra a sua condição étnica objetiva ao se autoavaliarem esteticamente. Em Guerreiro Ramos, o termo “patologia social” deve ser interpretado dentro da variação histórica de uma mesma sociedade, o qual dependerá de condições expostas por esta sociedade, sendo a partir deste lastro que o autor estabelece o critério do normal e do patológico social. Em sociedades coloniais como a brasileira, argumenta o autor, o ethos (a norma) é estabelecido de fora para dentro, não chegando a consistir num produto endógeno dessas sociedades. O ethos dominante na sociedade brasileira está sujeito a ser superado, devido a novos fatores objetivos, em que se condiciona a vida no país.

Guerreiro Ramos (1995) argumenta que a condição étnica do branco brasileiro lhe suscita um sentimento de inferioridade, este evidenciado pelos dados do recenseamento nacional de 1940. As informações abstraídas do recenseamento demonstram que “o negro é mais negro nas regiões onde os brancos são maioria e é mais claro nas regiões onde os brancos são minoria”. (RAMOS, 1995:180). O autor ressalta ainda, que “o branco brasileiro é um mestiço” do ponto de vista antropológico, pois entre os concidadãos persiste pequena minoria de brancos não portadores de sangue preto. Em estados do Norte e Nordeste, a minoria branca apresenta certa instabilidade autoafirmativa, visível na tendência a ocultar a sua condição étnica efetiva por meio de mecanismos psicológicos compensatórios.

Ao autor, um dos principais disfarces étnicos utilizados por esta minoria, consiste na “tematização do negro”, que lhe permite atingir o seu arquétipo estético (europeu). Esta realidade é interpretada por Ramos, como um “protesto racial” de uma minoria

---

sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2014). Consideramos as autoras integrantes do que denominamos como escola de psicologia da USP, em referência a escola de sociologia a qual pertenciam Florestan Fernandes e Octavio Ianni. 3. O estudo de Ianni recebe o título de *Raças e classes sociais no Brasil* (1972).

inferiorizada (1995: 182). O desajustamento do brasileiro ao seu contexto étnico o leva a aderir a ficções, por exemplo a sua ojeriza diante da afirmação do Brasil como um país de mestiços. Essa condição é vista por alguns estrangeiros, comenta, como um procedimento bizarro e pitoresco do branco brasileiro. Guerreiro Ramos considera o Brasil um país de mestiços, cujo ideal de brancura inviabiliza o processo de maturidade psicológica do brasileiro e contribui ao enfraquecimento da integração de seus elementos constitutivos, em sua sociologia indutiva, aquilo que no Brasil tem se chamado de “problema do negro”, consiste, em verdade, numa patologia social do branco brasileiro, sua dependência psicológica.

Segundo Frantz Fanon (2008), o negro não se realiza diante de um negro, mas de um branco, pois, diríamos, enquanto resultado de uma relação social de dominação sua existência resulta de contradições presentes no interior de uma estrutura social racializada (ALMEIDA, 2018), em meio a qual também se constitui a identidade racial branca (branquitude), então uma identificação de fundo patológico atrelada ao silenciamento social.

Em Aparecida Bento (2014), o silenciamento e a tematização do negro (RAMOS, 1995) aparecem sobre as figuras do medo e da projeção, uma vez que, com regularidade, os povos colonizadores (as pessoas boas) manifestam o seu assombro pelos despossuídos e pelos chamados povos primitivos, bem como projetam no outro os impulsos que não reconhecem como seus, tornando o que lhe é familiar algo hostil e próprio àquilo que está fora de si, “a vítima em potencial” (2014: 38). Pois, o “ser branco” consiste numa contradição incontornável: só se é branco ao negar a sua identidade enquanto branco, isto é, quando se atribui identidade aos outros e “não se tem identidade” (ALMEIDA, 2018: 60). Prossegue Almeida (2018), condição que torna irônica, apesar de compreensível, a atribuição da alcunha de “identitários” aos não-brancos pelos brancos, sem se aperceber que este modo de lidar com a questão “é um traço fundamental de sua própria personalidade” (2018: 60).

O silenciamento a respeito da identidade racial branca consistiria, portanto, numa questão de fundo patológico, então reforçada pelas estratégias de reconhecimento sociais brasileiras, bem como a identidade entre reconhecimento (negritude) e silenciamento (branquitude) conformará as relações raciais no Brasil.

## **B- Afroempreendedorismo**

A inferência anterior estimula a seguinte problemática: repousaria a dinâmica de reconhecimento social brasileira numa contradição social, esta implusionada pelas relações raciais? Inicialmente, obtemos em Carlos Bernardo Vainer (1984) um precioso recurso interpretativo, exposto adiante:

Enquanto discursos ideológicos, encobrem, quase sempre, as relações sociais que constituem seu objeto. Mas também, e talvez sobretudo, encobrem as condições históricas de sua própria condição enquanto discurso. E assim alçam sua eficácia, que consiste em deslocar certas contradições e substituí-las por outras, a ponto, inclusive, de “convencer” os mais variados atores sociais de que o “verdadeiro problema” a resolver é aquele que o discurso engendrou – mas, que afirma, simplesmente, ter detectado na realidade. (VAINER, 1984: 40; grifos nossos).

O estudo de Vainer (1984) ambiciona contribuir com um campo de pesquisa, os estudos migratórios, ao questionar o discurso que a questão migratória produz a respeito de si, que consiste, basicamente, numa forma de organização do real e identificação dos seus

pontos críticos. A destarte, o autor assinala a estratégia de naturalização do objeto própria a esse discurso, bem como a sua unidade pressuposta, que não se apresenta naquilo que se diz, mas no que se omite (silenciam). Ao autor, portanto, o consenso a respeito daquilo que é dito, existe em função do compartilhamento do que não é dito, do “acordo tácito” em jamais mencionar certas questões (1984: 10). No primeiro plano, argumenta, encontramos a sobredeterminação das causas e consequências diante das “condições de existência” da matéria em questão.

O recurso ao (a) recorte/seleção da realidade, (b) naturalização de determinados elementos, (c) o acordo tácito quanto a sua existência e (d) de suas condições, está presente na dinâmica de reconhecimento racial brasileira. O mecanismo inerente ao discurso ideológico, argumenta Vainer, resulta em um processo de “encobrimentosdeslocamento” (1984: 40). Mas, acentuamos, o racismo e tampouco a relação racial se restringem a uma simples ideologia, no sentido de uma visão falseada, ilusória e mesmo fantasiosa da realidade, senão ele representa um fenômeno institucional e/ou estrutural que abrange a vida cultural e política bem como a econômica, no interior do qual os sujeitos se reconhecem como autoconscientes e onde constituem afetos e padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e práticas sociais cotidianas, enquanto ideologia ele “não só é consciência”, como também “molda o inconsciente” (ALMEIDA, 2018: 50).

Em Carlos Bernardo Vainer, a questão racial e o racismo, enquanto sua matéria, devem ser entendidos sob o ponto de vista do “trabalho” e do “espaço” (1984: 39), então uma relação dinâmica entre corpos e espaço em que o controle e equilíbrio deste último, representa práticas de controle dos corpos dos trabalhadores, ambos inseridos numa forma social histórica e materialmente determinada, o capital. Neste sentido, convém a compreensão de que a condição de negro ou branco atribuída aos indivíduos, decorre da formação cultural, político-institucional e econômica específica a cada país (ALMEIDA, 2018), correspondendo à formação social e racial brasileira, como desenvolvido até o momento, uma contradição entre reconhecimento (negritude) e silenciamento (branquitude) sociais, então um traço específico do sofrimento social brasileiro.

No entanto, não devemos perder de vista o conceito de patologia social, que para Sílvio Almeida (2018) inviabiliza a ampla compreensão sobre a questão racial, pois o racismo é de caráter estrutural, consistindo num elemento que integra a organização econômica e política de uma sociedade, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas sociais moldando a vida social, isto é, não poderíamos pensar numa realização da sociedade brasileira sem racismo, situação não-patológica, pois ela é atravessada e mantida por ele.

Feitas as nossas ponderações e retomada a questão da relação entre a questão racial e o trabalho levantada por Vainer (1984), apresenta-se a tarefa de apreender o processo de identificação racial próprio às relações raciais no Brasil, então em curso na formação social brasileira. Para tanto, analisamos o afroempreendedorismo ou empreendedorismo negro em nossa pesquisa.

O empreendedorismo étnico consiste numa pauta ao ambiente de gestão empresarial a aproximadamente quatro décadas, então inerente ao processo de formação da economia étnica a partir da efetiva contribuição da sociologia econômica (NETO e TRUZZI, 2007). Nas duas últimas décadas, a economia étnica se transforma em assunto de particular interesse aos negros brasileiros, que além de corresponder a maior parcela da população nacional, passam no período a representar o conjunto mais numeroso de empreendedores nacionais. O afroempreendedorismo é principalmente impulsionado pelas

políticas sociais direcionadas aos setores mais pobres da população e pelo aumento do número de autodeclarantes negros (pretos e pardos)<sup>24</sup>.

Dentre os principais exemplos de afroempreendedorismo em atuação na metrópole paulista, abordamos a ONG Instituto Feira Preta (IFP), está criada em 2008 sob o intuito de gerir financeiramente a Feira Preta, que se tornava um evento de grandes proporções e demandava um entendimento mínimo de gestão financeira por parte de seus mantenedores. O IFP inicia um processo de promoção de eventos e reunião de empreendedores relacionados a Feira Preta, na medida em que se consolida a sua plataforma virtual, Plataforma Feira Preta (2008-2009). Reforçando o seu interesse em tornar a feira e seus empreendedores autossustentáveis financeiramente, o instituto disponibiliza programas de qualificação em gestão cultural aos seus artesões e empreendedores informais. Em 2004, a feira é realizada no espaço privado da Academia Brasileira de Circo, contrariando os espaços públicos e não-pagos em que vinha se realizando desde 2002, ano de sua criação.

No entanto, é somente em 2006 que o interesse pela sua gestão financeira se apresenta, pois neste ano ela adentra o espaço do Anhambi, este um centro de eventos de grande proporção e qualificada estrutura, que demanda dos mantenedores da Feira Preta um montante ainda maior de recursos financeiros, o que afeta o preço cobrado aos seus participantes. A partir de então, a Feira Preta mantém-se como um evento anual, cuja realização acontece sempre ao final de cada ano, embora, atualmente, sua delicada condição de realização dependa de grandes investimentos e estruturas físicas da metrópole de São Paulo (SILVA, 2017).

A ONG Instituto Feira Preta (IFP) representa o fortalecimento da pauta do empreendedorismo junto as demandas de educação e saúde reivindicadas com certa precedência histórica pelo Movimento Negro. O circuito cultural por ela criado, corresponde a redes de criatividade, coletividade e solidariedade, pelas quais as dinâmicas sociais decorrem de um complexo sistema “de relações-políticas, afetivas, morais, culturais e econômicas – que se dão entre as pessoas por intermédio das coisas” (SILVA, 2017: 58). Este sistema de relações, argumenta Silva (2017), orienta-se pela produção de meios financeiros, que viabilizem a expansão das ações promovidas pelo IFP, distribuição de renda, sendo avesso a lógica do acúmulo financeiro, segundo a sua idealizadora e mantenedora Adriana Barbosa (SILVA, 2017).

A economia étnica promovida pelo IFP ocasiona um impacto na economia urbana, articulando em redes diferentes sujeitos e coletivos a partir do pertencimento racial. Todavia, a reformulação do modelo da Feira Petra, - a qual implica na sua conversão em um circuito cultural, denominado Feira Cultural Preta (2012) e coordenado pelo IFP -, motiva a ampliação dos negócios para além do segmento negro. O forte sentimento de invisibilidade da FP na cidade de São Paulo, é apresentado como o elemento desencadeador da iniciativa, uma vez que a feira, criada em 2002, ao representar uma:

referência enquanto espaço de celebração da “cultura negra”, de valorização estética e consumo de produtos segmentados; por outro lado, quando o evento fica restrito a este público, há uma delimitação não só de uma participação mais

---

24 Conforme os dados apresentados, em 2015 mais de 50% dos donos de negócios no Brasil eram afrodescendentes, enquanto o restante deste público distribuía-se entre 49% de brancos e 1% de indivíduos de outros grupos populacionais. Os dados, levantados pelo SEBRAE a partir da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), identificaram um aumento de 27% no número de pessoas negras à frente de empresas no Brasil dentre os anos de 2002 e 2012, enquanto que no mesmo período houve redução de 2% no número de pessoas brancas nas mesmas condições. A matéria se encontra disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/negros-ja-saomaioriaentreempreendedores,e7cab024a8b7c410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

ampla da sociedade, fundamental ao processo de reconhecimento e de fortalecimento das reivindicações políticas para a população negra, mas também um mercado desejável para o consumo desses produtos, estreitando suas possibilidades de expansão. [...] (SILVA, 2017: 108; grifos nossos).

Os limites dispostos pela economia étnica se revelam um empecilho ao empreendedorismo, esta uma das principais motivações ao autoreconhecimento dos afroempreendedores ligados ao IFP enquanto “Negros em Movimento”, então um contraponto ao Movimento Negro Unificado (MNU) e suas pautas políticas e históricas (SILVA, 2017). Embora, os afroempreendedores considerem a contribuição do MNU à sua trajetória e, de modo geral, à questão racial no Brasil, ao fomentar as pautas políticas básicas dos negros (direito a alimentação, saneamento e saúde) e contribuir à constituição de sua consciência racial (negritude), estas já não seriam mais as bandeiras hastiadas pelos novos negros, surgidos, principalmente, após o incremento das políticas sociais realizadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Quanto ao germe deste novo negro brasileiro, não o identificamos na economia étnica promovida pelo Instituto Feira Preta, mas na integração do negro na sociedade de classes (do trabalho) defendida pelo sociólogo Florestan Fernandes. Este concebia o negro como um sujeito de transição, sendo necessária a tradução das suas frustrações em linguagem política, a tarefa do negro consistia, portanto, em assumir dois papéis: (a) o negro enquanto negro e (b) como trabalhador, este deveria no curso de sua autoemancipação relacionar raça e classe. Para Fernandes (2017), competia ao Movimento Negro Unificado (MNU) e aos operários negros estabelecer os laços políticos e revolucionários com a nova classe média e a pequena burguesia negra oriunda do Pós-Segunda Guerra, verdadeiro cerne do que o autor denominava como “novo negro” (2017: 60), pois os fundamentos políticos formulados pela Frente Negra Brasileira (FNB) até o ano de 1930, haviam, em parte, perdido-se na transição ao período do pós-guerra.

Fernandes era um socialista convicto e procurava espelhar a autoemancipação do negro com as suas vinculações políticas e revolucionárias, por isso a ele o “protesto negro” resultaria numa revolução socialista, concebendo a raça, bem como a classe, como indispensável a esta tarefa. Contudo, para descontentamento do sociólogo a inserção do negro na sociedade do trabalho não resultou em autoemancipação, esta, aliás, uma concepção criticada por Maria Aparecida Silva Bento (2014), que identifica na proposta uma redução à crítica das relações raciais no país, pois atribui ao negro os rumos do seu próprio destino, sem alentar ao compromisso de toda uma sociedade com esta tarefa, inclusive as pessoas brancas. O problema do negro não lhe é exclusivo, é um problema ao/do branco (RAMOS, 1995).

Tendo o seu germe naquilo que Fernandes (2017) alcunhou como novo negro, os negros em movimento não alcançaram a autoemancipação defendida pelo sociólogo e, tampouco, obtiveram o reconhecimento social enquanto trabalhadores, uma vez que a própria idealizadora da Feira Preta, Adriana Barbosa, em entrevista assegura a Silva (2017), que o afroempreendedor de hoje configura o que no passado se denominava como se virologia, isto é, ter de arcar com a sua própria condição econômica e racial sob uma experiência de vida em instabilidade permanente. A destarte, do ponto de vista da formação social brasileira e sob as bases do afroempreendedorismo, ao ambicionar se identificar a partir do empreendedorismo, o negro brasileiro opera a seleção e apagamento (silenciamento) de formas e valores consolidados pelo protesto negro (FERNANDES, 2017), demandando outras formas de reconhecimento, então adequadas às transformações da sociedade do trabalho, o Negro em Movimento.

## **Objetivos**

A pesquisa ambiciona esboçar um perfil dos afroempreendedores relacionados a ONG Instituto Feira Preta, a partir do acompanhamento de suas trajetórias de ascensão social. Entre os nossos objetivos também se encontra (a) o delineamento da escala de ação atingida pela Feira Cultural Preta e sua rede de empreendedores, considerando (b) o grau de comprometimento dos afroempreendedores com as tradicionais pautas políticas e sociais dos negros brasileiros, além de suas demandas contemporâneas, bem como levantar (c) o seu compromisso com o empreendedorismo para além da economia étnica e apontar (d) o impacto de sua ação empreendedora à economia urbana e seus (e) efeitos à dinâmica de apropriação do espaço urbano.

## **Metodologias**

Dentre os nossos procedimentos de pesquisa, pretendemos documentar as futuras edições da Feira Preta por meio de pesquisas de campo, sob o foco em seus afroempreendedores e, em especial, as redes de relações entre empreendedores promovida pelo IFP durante os períodos que antecedem as feiras e nas próprias feiras. A esta intenção, recorreremos a Plataforma Feira Preta (PFP) e ao estabelecimento de vínculos com nossos interlocutores, sobretudo com Adriana Barbosa, a idealizadora da Feira Preta. Para além da realização de entrevistas com os empreendedores, vislumbramos constituir uma cartografia do afroempreendedorismo em São Paulo admitindo como referência os laços ou a rede de empreendedores criada pela Feira Cultural Preta, pontuando as respectivas atividades de incidência e a distribuição no espaço urbano dos seus empreendimentos. Avaliaremos o impacto financeiro do empreendedorismo negro à economia urbana de São Paulo, estabelecendo a importância de sua economia étnica à estrutura do trabalho na cidade, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Microempreendedor Individual (MEI).

## **Resultados preliminares**

Por se encontrar em estágio de planejamento, apresentamos nossas pretensões de pesquisa e algumas considerações preliminares apoiadas em nosso referencial bibliográfico, bem como conclusões parciais imaginadas para a pesquisa. A respeito do que nos propomos e ambicionamos realizar futuramente, consta a crítica ao caráter patológico do reconhecimento social sob o ponto de vista das relações raciais no Brasil (RAMOS, 1955), uma vez que esta, em verdade, constitui um processo contraditório entre o reconhecimento e o silenciamento social, então analisado sob o viés da transformação na relação entre trabalho e raça (FERNADES, 2017) no afroempreendedorismo. Como inferência preliminar, pontuamos que, enquanto um processo de integração do negro na sociedade do trabalho, o afroempreendedorismo denota uma aptidão a reproduzir o percurso de identificação racial do branco no Brasil (da branquitude), ao pretender silenciar parte de sua história e trajetória, a fim de corresponder às transformações estruturais do trabalho. Esta uma assertiva, que o afroempreendedor relacionado a ONG Instituto Feira Preta expõe, ao pretender transpor os limites de sua economia étnica e se reconhecer como negro em movimento.

## Referências bibliográficas

- BENTO, Maria Aparecida Silva. In: CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FANON, Frantz. **Peles negras máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular (co-edição Perseu Abramo), 2017.
- NETO, Mário Sacomano; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. “**Economia Empreendedorismo Étnico: Balanço Histórico da Experiência Paulista**”. Revista de Administração de Empresas, vol. 47, n° 2, São Paulo, Abril/Junho, 2007.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia Social do Branco Brasileiro**. In: RAMOS, Alberto Guerreiro.. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- SILVA, Gleicy Mailly da. **Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo**. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.
- VAINER, Carlos Bernardo. **Trabalho, Espaço e Estado: Questionando a Questão Migratória**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1984.